

Cabral rejeita a tese da soberania restrita

ANC - P. 7

11 AGO 1987

Manaus — "A soberania brasileira será assegurada na futura Carta. As pressões externas não serão admitidas aqui em nosso País, muito menos através da Constituinte", afirmou ontem o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), que participou ontem da inauguração do Instituto de Estudos Superiores da Amazônia.

Cabral considerou o assunto da maior gravidade e disse acreditar que toda essa celeuma acabará, gerando muitos aborrecimentos ao País. Cabral reafirmou que a emenda com 47 mil assinaturas de cidadãos austríacos, propondo a "soberania restrita" do governo sobre as áreas indígenas não será aceita pela Constituinte por não ter assinaturas de cidadãos brasileiros.

A emenda popular dos austríacos interessados em assegurar aos índios brasileiros o direito exclusivo de exploração do solo e subsolo das suas terras, foi posta em suspeição ontem pelo senador José Richa (PMDB-PR). Líder na Constituinte do "Grupo dos 32", ele disse ao CORREIO: "Está na cara que essa emenda é coisa encomendada; não sei por quem, mas isso salta aos olhos e a cortamos do nosso trabalho".

O senador se negou, contudo, a comentar a denúncia de que por trás da emenda estaria armada uma trama internacional orquestrada pelo Conselho Mundial das Igrejas Cristãs e uma organização austríaca, tendo no Conselho Indigenista Missionário (Cimi) a coordenação no Brasil. Richa alegou que não havia lido a notícia — divulgada domingo último pelo jornal O Estado de S. Paulo — mas frisou que "seria ingenuidade imaginar que não há grupos estrangeiros interessados em influir na Constituinte".

Ao contrário do que sugere a reportagem do Estado não existe nada protocolado na Comissão de Sistematização, nem mesmo como sugestão, em relação à proposta da Emenda Popular assinada por mais de 46 mil membros da Juventude Cristã Austríaca, em defesa dos direitos indígenas, encaminhada ao Congresso Nacional através da embaixada da Austría no Brasil.

Trazida pelo doutor Georg Grümberg, representante do Institute for International Cooperation, que era assinada por cidadãos não brasileiros e por não atender aos requisitos ela é vista mais como uma peça de

curiosidade entre os parlamentares e já foi encaminhada pela Comissão de Sistematização ao arquivo da Constituinte.

O líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), não quis arriscar em Brasília nenhuma avaliação da denúncia do Estado de S. Paulo: "este assunto é muito importante, complexo e envolve questões de grande gravidade, tanto a nível nacional quanto internacional". Sant'Anna, no entanto, garantiu que não está alheio ao problema e já encomendou a assessores e a deputados "mais ligados às questões indígenas" um estudo minucioso da denúncia. "A partir deste trabalho, que espero seja feito o mais rápido possível, poderei emitir uma opinião" — concluiu o líder do governo.

Sant'Anna disse ainda que não tocou neste assunto com o presidente Sarney e acha que é prematuro fazer qualquer tipo de comentário sobre a possível influência estrangeira nas questões internas do País. O líder do governo também está aguardando tomar conhecimento dos detalhes do desmentido feito pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB — para depois definir "uma postura concreta diante do assunto."

CNBB: complotô contra o índio

A presidência da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) divulgou ontem nota a imprensa contestando a matéria "Os índios na nova Constituição — I — A Conspiração Contra o Brasil", publicada na edição de domingo do jornal O Estado de S. Paulo. Segundo a matéria, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), órgão anexo à CNBB, estaria engajado num projeto de conspiração internacional que defende a "soberania restrita" do Estado brasileiro sobre as áreas indígenas.

— Manifestamos o nosso veemente repúdio as afirmações de "O Estado" que visam claramente varrer de futura Constituição a garantia dos direitos indígenas — diz a nota da CNBB, segundo a qual o Cimi "nunca postulou junto à Constituinte o estabelecimento do estatuto de soberania restrita para as nações indígenas." A matéria do jornal paulista denuncia que a campanha visa subtrair 14 por cento da Amazônia legal do controle estrito do Estado brasileiro.

O Cimi, segundo a CNBB,

"não é vinculado ao Conselho Mundial de Igrejas e tampouco o representa." A matéria do "Estado" diz que o Cimi segue as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Mundial de Igrejas Cristãs. O documento citado pelo jornal, "Diretriz Brasil nº 4 — ano 0", não é conhecido pelo Cimi, ainda segundo a nota da CNBB.

Quanto ao citado documento de Barbados, a Igreja nega que o tenha assinado. De acordo com a nota "o único brasileiro que o assinou foi o conhecido antropólogo Darci Ribeiro.